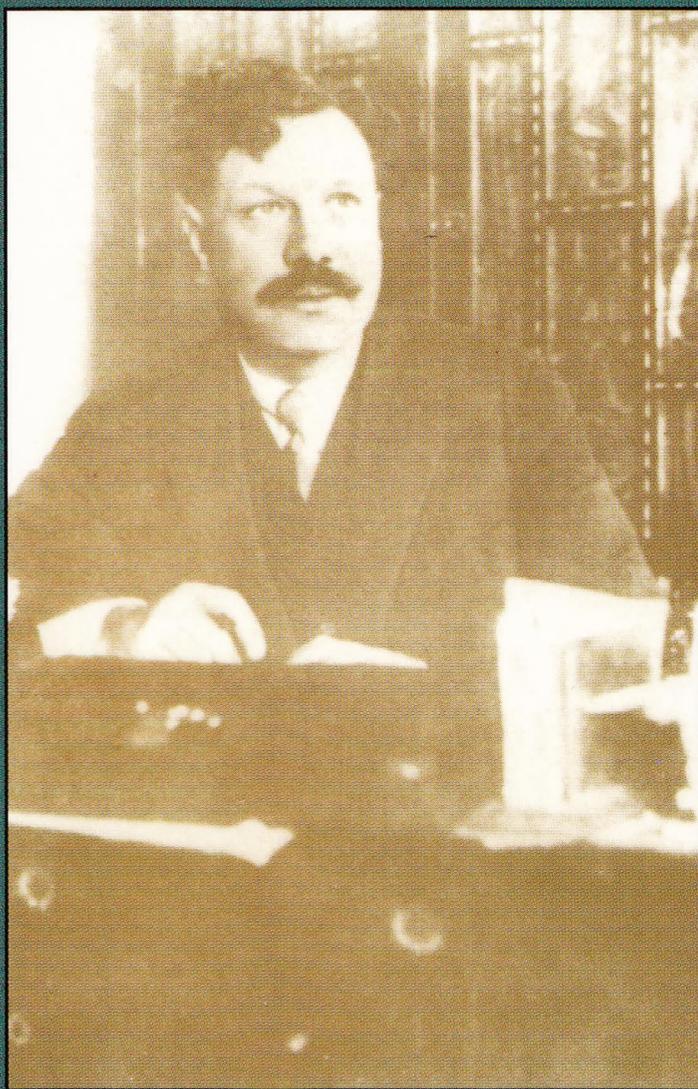


António Reis

RAÚL PROENÇA
BIOGRAFIA DE UM INTELLECTUAL
POLÍTICO REPUBLICANO

Vol. I



temas portugueses

Capítulo II, 15: Com Sérgio na Liga de Acção Nacional: o esboço de uma teoria democrática das elites

Para Proença, porém, o fenómeno sidonista tornara, pelo menos, manifesta a impossibilidade do regresso à República Velha, como facilmente se deduz da posição que assume na carta atrás citada de 11 de Abril. Afinal, o corte sidonista com a República Velha acabava por induzi-lo a fazer ele também o seu próprio corte em nome de uma alternativa obviamente diferente. Um corte cuja necessidade, aliás, a Ditadura de Pimenta de Castro já lhe fizera sentir mas a Guerra suspendera.

A sensação de esgotamento de um ciclo na vida do regime é algo que o sidonismo inegavelmente impõe. Restava saber quais os caminhos a seguir na inauguração do novo ciclo. É isso que ajuda a compreender os motivos que levam Proença a participar na iniciativa sergiana da Liga de Acção Nacional, que visava dar apoio orgânico ao programa da revista *Pela Grei* apresentado nos princípios de 1918, antes da saída do seu primeiro número, em Março. Número este no qual se dava conta da fundação e dos fins da nova associação, publicando-se um apelo dos seus fundadores e transcrevendo-se um excerto dos seus estatutos.

A Liga propunha-se fazer aquilo que estava fora do alcance de uma simples revista: “organizar as forças de opinião, tornando-se apta e decidida a fazer-se ouvir e respeitar [...] enquadrar os indivíduos numa forte organização, apta a iniciar e realizar as reformas indispensáveis”, assim transformando o “*sentimento público*” da necessidade de uma política nacional “numa VONTADE firme e efectiva, capaz de inspirar a qualquer governo a política conveniente”. Um movimento de “homens de boa vontade” procuraria “fazer pesar” a vontade da opinião reformadora “no ânimo dos governantes, nas classes e nos partidos, em todos os elementos enfim que influem na vida da Nação”. Uma tal via de intervenção opunha-se à via messiânica dos que apostavam na figura do salvador da Nação “sustentando assim uma ilusão antiga”. Convulsões políticas como a do 5 de Dezembro não podiam oferecer mais do que um “estimulante” para a auto-salvação da Grei mediante um movimento deste tipo, que visava, afinal, auxiliar o

Estado a cumprir o seu dever de “coordenador e zelador das actividades criadoras da Nação”, “impondo-lhe a defesa dos interesses nacionais acima de todos e quaisquer interesses de grupo restritos de indivíduos”.

E qual o núcleo essencial das reformas desde logo propostas? A “refundição de todo o ensino, o fomento económico (incluindo novos processos de colonização), a reorganização financeira, a educação cívica e as reformas sociais” “com o fim de imprimir uma vida nova de trabalho produtivo à sociedade portuguesa” – afirmam os estatutos no capítulo dos “fins”. “Duplicar a produção”, promovendo ao mesmo tempo uma “mais justa distribuição” e a “difusão do crédito”, por um lado, e adoptar um conjunto de medidas pedagógicas com prioridade para a formação dos professores e a mudança dos métodos, por outro lado, no âmbito de um “plano conjunto” de “reformas concretas” sobre “as necessidades reais da Grei” – propõe o programa da revista.

E quem prepararia e realizaria essas reformas? Um conjunto de “especialistas competentes” ao serviço de um “governo nacional” ou mesmo de partido, desde que “honesto”, apoiado por seu turno num “movimento de opinião pública” concebido como uma “força moral”, um “tribunal, uma consciência da Grei, criada pela sua elite social em todos os campos de actividade, intensificada e esclarecida pelos seus escritores e publicistas”, capaz de suscitar um “*sentimento* que enfeixe indivíduos, classes e partidos numa aspiração colectiva superior, que se imponha ao Estado, e um *trabalho de reflexão* que possa converter esse sentimento em actos coordenados e inteligentes”.

Qual a base social possível e desejável para um tal movimento e o governo nele apoiado? A “burguesia inteligente”, o “operariado sensato”, a “juventude generosa” e os “combatentes da França” – responde ainda o programa da revista. E quais, por último, os meios de acção, segundo os estatutos da Liga? Além da própria revista – órgão da Liga mas aberta a colaboradores não sócios –, conferências, estudos e discussão de reformas sociais, congressos, inquéritos, comemorações históricas, cooperação com outras associações e – inovação importante em relação à panóplia habitual dos meios deste género de movimentos – as “representações junto dos poderes públicos”, uma forma porventura mais

directa e eficaz de pressão sobre os governantes. Ambiciosamente, a Liga estruturar-se-ia numa Junta Geral, Juntas regionais e locais, Associações de aderentes, Núcleos e Secções no estrangeiro...

Entre os subscritores do manifesto da Liga destacam-se os nomes de Pedro José da Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa e que assume a presidência da novel associação, Reis Santos, assistente da Faculdade de Letras e Secretário-Geral da Liga a par de António Sérgio, Augusto Reis Machado, professor do ensino secundário, Jaime de Magalhães Lima, o conhecido escritor, Francisco António Correia, Director do Instituto Superior do Comércio, Martinho Nobre de Mello, Professor da Faculdade de Direito e futuro Ministro da Justiça e dos Cultos de Sidónio, Rui Enes Ulrich, Director do Banco de Portugal e próximo do integralismo, e Sebastião José da Costa, oficial da Armada, para além do próprio Proença. O leque ideológico é variado, em coerência com o afirmado propósito de reunir homens de boa vontade acima das divergências partidárias. E dos nomes que acabámos de referir, mais de metade subscrevera em 1908 o manifesto da Liga de Educação Nacional, cujos propósitos prefiguravam já, de certo modo, os ora assumidos.

Mas é sobretudo ao abandono manifesto proenciano da “Renascença Portuguesa” que o abaixo-assinado dos sócios da Liga vai buscar a inspiração directa, nomeadamente quando volta a eleger o binómio *elite-opinião pública* como o agente decisivo da transformação a operar no país, e quando estende a outras esferas, para além da educativa, a sua área de intervenção e enumera os meios de acção a utilizar. Esta orientação estratégica de fundo é agora complementada e aprofundada por uma mais cuidada estruturação orgânica do movimento da opinião pública que lhe serviria de suporte e por um programa reformador mais preciso, em que o fomento económico, a reorganização financeira e as reformas sociais adquirem uma importância pelo menos idêntica à das medidas de carácter pedagógico, com o recurso a um corpo de especialistas com capacidade para o delinear e executar. Exactamente o que Sérgio vinha também preconizando desde a experiência falhada da “Renascença” na sua correspondência com Proença e virá a desenvolver nos seus ensaios *Da Opinião Pública e da Competência em*

Democracia e Da Necessidade de as Elites Fazerem uma Revolução Pacífica, publicadas no n.º 1 e no n.º 4 da revista.

No primeiro destes ensaios Sérgio não hesita em definir o seu ideal de democracia pelo recurso a uma concepção que privilegia o papel das elites e da opinião pública por elas criada relativamente ao papel das massas. A “opinião pública” é um conceito ainda longe de uma definição precisa, mas que tende a identificar-se com um movimento consciente e organizado, preexistente e superior aos governos, em torno de um conjunto de boas ideias sobre as necessidades fundamentais da Grei – “as necessidades *concretas* no campo económico, nos domínios da pedagogia e da assistência pública”. Movimento esse criado pelos “intelectuais” e “os homens de elite de cada classe”, solidamente organizados como “grupos de apóstolos que pensam e agem, inspirados por uma boa ideia – ou técnica, ou política, ou económica, ou pedagógica”, e do qual os governos deveriam ser meros executantes. Não, porém, como corpos de técnicos especialistas, que correm o risco de só verem “as vantagens e inconvenientes para a sua técnica profissional”, mas como corpos de “homens de direcção geral, *que devem ser uma verdadeira elite*”, eleitos nas urnas como “representantes da opinião pública”, em função da indicação das elites que a criam, e aos quais cabe a missão de estabelecer “o contacto entre a opinião e o director especialista”, fiscalizando o trabalho deste e apontando-lhe os *fins* gerais que a opinião pública deseja. Assim se garantia, pois, a conciliação entre a competência e a opinião pública democraticamente legitimada. Ora, para que um tão ambicioso ideal democrático se viesse a realizar, faltava criar o primeiro elo desta cadeia: uma “verdadeira elite” capaz de desencadear esse movimento de opinião pública, o que, em última análise, dependia de um novo “sistema de educação”.

No segundo artigo Sérgio vai mais longe. Trata-se agora de definir de um modo mais preciso as elites, a que até então sempre se referira em termos genéricos, e o respectivo papel como sujeitos de uma revolução ordeira e criadora, feita a partir de cima, única forma de evitar que “a escravidão dos governantes [...] a qualquer grupo ilegítimo de interesses individuais” quer o estímulo à revolução anárquica e destruidora das “classes menos preparadas”. A tipologia proposta

agrupa as elites em três espécies: 1) elites agrícolas, industriais e comerciais; 2) elites operárias; 3) elites morais e intelectuais.

As primeiras integram o escol do patronato, cabendo-lhes subordinar os “bens pessoais imediatos” ao “interesse público” e à “melhoria de situação das classes operárias”, criar “uma poderosa organização dos representantes dos diversos interesses em activas corporações profissionais” e defender o País “contra a absorção pelo estrangeiro”. As segundas são constituídas pelos dirigentes operários, competindo-lhes orientar a revolução ordeira e criadora no sentido de uma “maior justiça distributiva fora do princípio da luta de classes” e em função do aumento da produção que aquela revolução possibilita. Às terceiras, que se presume serem formadas pelos intelectuais, professores e membros cultos das profissões liberais, incumbe “tentar conhecer a vida moderna e as necessidades concretas do País, definindo uma política nacional sem carácter partidário, fora do tirânico jacobinismo e do conservantismo estreito (ambos sediços e fanáticos ambos)”; “estabelecer contacto íntimo com a massa do povo e com as elites, adaptando o seu influxo à época actual e ao ambiente nosso; desviar a literatura portuguesa da incultura, da frivolidade, do ‘nacionalismo’ que a caracterizam hoje, insuflando-lhe a aura vital das grandes preocupações do mundo moderno; manter uma forte independência diante das clientelas e das oligarquias, em relação ao burguês e ao operário [...]; proclamar finalmente [...] a soberania luminosa da Razão e da Justiça”. Sem elites como estas, as Nações estão condenadas a morrer, conclui Sérgio, que lança uma derradeira e decisiva interrogação: “Poderemos ainda formar uma elite?”. A resposta é um acto de fé: “Creiamos que sim. Contra todas as aparências, afirmemos a fé nas nossas capacidades de vida [...]”.

O manifesto da Liga de Acção Nacional e estes dois artigos-ensaios constituem, em nosso entender, o tríptico fundador de uma concepção alternativa de democracia e de uma estratégia de acção, que irão marcar profundamente o futuro grupo seareiro, apesar do que neles se contém ainda de porventura excessiva desconfiança em relação ao papel dos partidos, nomeadamente nos textos de Sérgio. Uma concepção para a qual Proença dera antes o seu próprio contributo e que virá também depois a desenvolver nas páginas da *Seara Nova*,

desde a apresentação do ideário do grupo seareiro no primeiro número da revista até à reflexão sobre a relação entre o intelectual político, o político e o técnico no período do exílio. Importa, por isso, desde já reter os seus traços essenciais e relacioná-la com as teorias das elites então em curso no pensamento político europeu, já que tanto uma como as outras são expressões da crise do sistema liberal entreguerras com a consequente tentação do recurso a soluções extra ou suprapartidárias.

Cremos poder esquematizar a visão pré-seareira de Sérgio – facilmente compartilhada por Proença – das prioridades estratégicas na reforma do sistema democrático-liberal, e consequente superação da sua crise, do seguinte modo:

1) Formação de novas elites nas classes sociais produtoras coordenadas por uma nova elite intelectual, dotada de forte independência moral, elite essa que, guiada pelos ideais da Razão e da Justiça e em contacto íntimo com a massa do povo, elabora um plano sistemático de reformas nos domínios económico, financeiro, pedagógico, cultural, cívico e social;

2) Criação por estas elites de um movimento organizado de opinião pública, preexistente e superior aos governos, em torno da necessidade de aplicar aquele plano de reformas, pelo recurso a meios variados de divulgação e persuasão das suas ideias directrizes junto das classes produtoras dos partidos;

3) Imposição, por este motivo agora alargado da opinião pública, do seu plano a um governo nacional ou mesmo de partido, desde que “honesto”, composto por “homens de direcção geral” eleitos nas urnas como representantes da opinião pública, sob indicação das elites, e com o apoio da “burguesia inteligente”, do “operariado sensato”, da “juventude generosa” e, na conjuntura da guerra, dos “combatentes da França”;

4) Execução do plano de reformas por um corpo técnico de especialistas coordenado pelo governo de “direcção geral”, que assim estabelecia a ponte entre a opinião e os técnicos competentes.

Deste modo se realizaria, pois, a revolução criadora e ordeira capaz de evitar quer a sujeição dos governantes a uma qualquer oligarquia quer a revolução

destruidora e anárquica, ou seja, capaz de prevenir as duas principais ameaças que espreitam nesta época o sistema democrático-liberal.

Mas o esquema proposto padecia, no entanto, de uma debilidade de raiz: é que para formar as novas elites, que confessadamente ainda não existiam, se tornava previamente necessário edificar um novo sistema de educação, como, aliás, Proença e outros sócios da Liga de Acção Nacional vinham preconizando desde a anterior Liga de Educação Nacional. Ora, como consegui-lo sem que estivesse antes criada a nova elite e o seu movimento de opinião capaz de levar os governantes a realizar uma tal tarefa? O laborioso esquema sérgio-proenciano viverá desde o princípio ameaçado por este círculo vicioso.

Independentemente de um tal vício lógico, o certo é que o esquema em causa se defronta com outras dificuldades de conteúdo dificilmente ultrapassáveis. Como se seleccionam e legitimam as elites? Como unificá-las em torno de determinadas ideias se outras ideias podem arrastar a criação de outras elites na mesma base social? Como garantir a constituição de um único movimento organizado de opinião pública contra a probabilidade de uma proliferação de vários movimentos do género em torno de outros tantos e diferentes planos de reforma? Como levar as elites a um consenso global gerador de um só movimento e de um governo a ele obediente, apenas com recurso a métodos persuasivos? Como evitar a natural reacção de políticos e partidos contra a inevitável subalternização a que seriam sujeitos em virtude do esquema proposto?

Tudo dificuldades e obstáculos que só a enorme dose de crença iluminista na força moral da Razão e nos métodos nela inspirados, bem como o voluntarismo da acção, permitiam ignorar ou olímpicamente desprezar. A convicção da incapacidade de auto-regulação partidária da crise do sistema demoliberal da época conduzia Sérgio e Proença a uma estratégia assente em soluções suprapartidárias filiadas numa teoria das elites, que esforçadamente procuravam conjugar com os processos de legitimação demoliberais.

Confrontados com as lastimáveis consequências práticas do excesso de conflitualidade no sistema demoliberal republicano, e saturados de tal estado de coisas, não resistem à tentação de uma via hetero-reguladora, imposta é certo por

métodos democráticos, a qual necessariamente apostava num certo tipo de suspensão dessa conflitualidade, ainda que dentro do quadro republicano e sem pôr em causa a aliança com a Inglaterra.

A concepção da importância e do papel das elites, intuída por Proença e desenvolvida por Sérgio, partilha os pressupostos e vem ao encontro de toda uma corrente do pensamento europeu da época, que entronca na obra do francês Frédéric Le Play (1806-1882). Este autor parece ter sido o primeiro a reconhecer a necessidade da existência de uma “classe eleita” ou “elite” em termos morais, distinta da classe política e vocacionada para a orientar, graças às suas virtudes morais e ao sentido do interesse geral, que a torna exemplo para dirigentes e dirigidos. Na justa medida em que estes se conformarem à “ciência do mundo” elaborada pela “classe eleita”, assim será garantida a prosperidade material e a estabilidade social. Mas Le Play era omissos quanto à definição do modo de formação desta classe e dos seus elementos constituintes.

As crescentes dificuldades de consolidação do sistema parlamentar representativo levarão ao aparecimento de novas teorias das elites, sobretudo no campo conservador-liberal. É o caso das de Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923). Para Mosca, a democracia enquanto exercício da soberania popular é apenas um artifício para conferir uma aparência de legitimidade ao domínio natural da minoritária “classe política” ou “classe dirigente”, ou ainda “classe dominante”, sobre a maioria. Domínio esse assente numa organização hierárquica que permite a um grupo social atingir os seus objectivos e reproduzir-se como elite. Já para Pareto a elite, dividida entre a governamental e a não governamental, é aquela fracção do grupo ou da classe que tenta tornar-se hegemónica no seu interior, ou até sobre todos os grupos e classes da sociedade que lutam pelo poder, recorrendo a uma mescla de força e astúcia. Esta distinção social é o produto, não de condicionantes económicas ou especiais capacidades organizativas, mas da posse por determinados homens de qualidades psicológicas naturais, que se transmitem hereditariamente e os levam a evidenciar-se numa determinada actividade.

Tais teorias, por alguns consideradas como precursoras do fascismo, assentam numa visão pessimista da natureza humana, de raiz conservadora, e numa filosofia da história que refuta a ideia de progresso e subvaloriza o papel das massas, sempre submetidas aos ditames de minorais activas. Isso não as impediu, porém, de influenciarem pensadores políticos republicano-liberais, particularmente em Itália, como foi o caso de Piero Gobetti (1901-1926), Guido Dorso (1892-1947), Filippo Bursio (1891-1948) e mesmo socialistas como, mais recentemente, Norberto Bobbio.

Mas será sobretudo Karl Mannheim (1893-1947), sociólogo húngaro de cultura alemã, quem, no período entre as duas guerras, mais se esforçará por compatibilizar a teoria das elites com o pensamento democrático-igualitário e o sistema parlamentar-representativo. Por um lado, as elites devem submeter-se incondicionalmente às regras da representação que permitem o seu controlo, selecção e substituição pelos eleitores ou governados. Por outro lado, todos os grupos sociais, incluindo as massa populares, podem produzir elites capazes de criarem novos valores. Mannheim distingue também as elites políticas e organizacionais, que procuram integrar as vontades individuais no consenso colectivo, das elites intelectuais, artísticas, morais e religiosas, que visam sublimar as energias psíquicas da sociedade. De equilíbrio e cooperação entre estas várias elites depende a estabilidade do sistema social. O papel mediador e arbitral das elites intelectuais é, por isso, decisivo. A elas compete, por um lado, a harmonização dos interesses particulares dos grupos em conflito, por outro lado, a elaboração dos novos valores e a sua difusão junto das massas por meio de métodos persuasivos. Porque só os intelectuais estão em condições de se libertarem dos seus constrangimentos sociais de origem para elaborarem uma visão sintética do conhecimento ou uma ciência da sociedade capaz de superar as visões parcelares dos grupos em conflito. Sem elites intelectuais fortes, o caminho fica aberto aos grupos animados de ambições ditatoriais ou totalitárias, cujas técnicas de manipulação simbólica não deparam então com qualquer resistência. Por isso, a regeneração das sociedades demoliberais depende, em última análise, da formação de novas elites capazes de inventarem novas axiologias.

Não encontramos, porém, quaisquer referências a estes autores nem em Sérgio nem em Proença. Estamos em crer que a doutrina anterioriana da prioridade da revolução espiritual – que só as elites afinal de contas podiam desencadear – terá sido mais determinante em qualquer deles para a formulação das suas teses do que quaisquer leituras dispersas de autores estrangeiros então em voga, como aqueles que originam algumas epígrafes de Sérgio e partilham da visão, que se torna comum na época, sobre o papel e a importância das elites num contexto global de crise dos regimes demoliberais. Não deixa, porém, de ser curioso verificar a proximidade de posições que ambos revelam relativamente à que será, mais tarde, a teoria democrática das elites de Mannheim.

A teoria das elites desenvolvida por Sérgio e o projecto orgânico da Liga de Acção Nacional que lhe procura dar corpo deparar-se-ão, porém, com insuportáveis obstáculos práticos. Formar uma nova elite com pressupostos tão idealistas não era, de facto, tarefa fácil. A actividade da Liga de Acção Nacional parece ter-se esgotado na publicação com periodicidade algo irregular da revista *Pela Grei*, que ao fim de sete números se extinguiu e pouca influência prática terá tido. Dela ficava, apenas, o esboço do ambicionado plano sistemático de reformas e o difuso desejo de criar esse forte movimento de opinião pública que viesse a impor tal plano a um governo nacional ou de partido desde que “honesto”...

Raúl Proença. Biografia de um intelectual político republicano, António Reis, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, pp. 258-270.